Raça e desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: evidências do Ensino Fundamental e Médio

Cristina Lopes[1], Ingrid Machado[2] e Marcelo Henrique Romano Tragtenberg[3]

Resumo

Este artigo investiga como as desigualdades raciais se manifestam na Educação Básica brasileira, a partir de dados do Censo Escolar e de uma classificação dos estabelecimentos de ensino segundo a predominância racial de seus estudantes. Além da distribuição das matrículas entre escolas predominantemente negras e predominantemente brancas, são analisadas as condições de oferta educacional, incluindo infraestrutura, nível socioeconômico e adequação da formação docente, bem como os resultados de fluxo escolar, como promoção, insucesso e distorção idade-série, com um recorte adicional por gênero. Os resultados revelam um padrão consistente e cumulativo de desvantagem: estudantes negros se concentram em escolas com piores condições de infraestrutura, menor nível socioeconômico e menor adequação da formação docente – diferença que se mostra particularmente acentuada nos anos finais do Ensino Fundamental. No fluxo escolar, são identificados três pontos críticos, o 3º ano e o 6º ano do Ensino Fundamental e a 1ª série do Ensino Médio, etapas em que o risco de retenção é maior para o conjunto dos estudantes e ainda mais elevado entre os estudantes negros.

Palavras-chave

Desigualdades raciais; Educação Básica; trajetória escolar.

[1]Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. Diretora Executiva do CEDRA - Centro de Estudo e Dados sobre Desigualdades Raciais.
[2] Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Goiás e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.
[3] Professor do Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Catarina, licenciatura e bacharelado, mestrado e doutorado em Física na Universidade de São Paulo. Membro do Conselho Deliberativo do CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais, membro da Cátedra UNESCO/Antonieta de Barros de educação para a igualdade racial da Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Introdução e contextualização[4]

A Constituição Federal de 1988 assegurou a educação como direito social fundamental, incumbindo ao Estado o dever de garanti-la a todos os brasileiros com igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 205 e 206), além de estabelecer diretrizes e garantias para a efetivação desse direito, incluindo a oferta obrigatória e gratuita da educação básica (art. 208). Desde então, o Brasil avançou de forma expressiva no cumprimento desse compromisso: em 2025, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos alcançou 99,5%, refletindo a praticamente universalização do acesso ao Ensino Fundamental. Paralelamente, a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos aumentou de forma contínua nas últimas décadas, atingindo 93,2% no mesmo ano, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc, 2025). Ao todo, o Censo Escolar 2025 registra cerca de 46 milhões de matrículas na Educação Básica, distribuídas em aproximadamente 178,7 mil escolas em todo o território nacional.

Com essa expansão, o desafio deixou de ser apenas garantir o acesso à escola, mas também a envolver a efetivação do direito à educação em sua totalidade: assegurar que todos os estudantes possam permanecer, aprender e concluir a Educação Básica em condições de qualidade e equidade. Isso depende de um conjunto de fatores essenciais, como a infraestrutura das escolas, a disponibilidade de recursos pedagógicos, a qualificação dos profissionais da educação e o acompanhamento do fluxo escolar e da aprendizagem. Essas condições, entretanto, não se distribuem de forma homogênea entre os estabelecimentos de ensino nem entre os estudantes que os frequentam, sendo influenciadas por desigualdades associadas à renda, ao território[5], gênero e, de forma particularmente relevante para este artigo, à raça.

O foco na dimensão racial decorre do reconhecimento de que o racismo não se restringe às práticas discriminatórias individuais explícitas, constituindo também um mecanismo histórico de produção e reprodução de desigualdades que influencia o acesso a direitos e oportunidades em diferentes esferas da sociedade, inclusive na educação. Nesse contexto, este artigo investiga como essas desigualdades se manifestam na Educação Básica brasileira, buscando responder como os estudantes negros e brancos estão distribuídos entre os estabelecimentos de ensino, se frequentam escolas com condições equivalentes de oferta educacional e se essas diferenças se refletem em padrões distintos de trajetória e desempenho escolar.

[4] O CEDRA agradece o apoio da Imaginable Futures e do Instituto Îandé para a realização deste estudo, bem como às organizações participantes do projeto pelas trocas de conhecimento e pelos diálogos que contribuíram para o aprimoramento das análises apresentadas neste artigo.

[5] O termo território é empregado em sentido amplo, podendo abarcar diferentes dimensões, como as distinções entre áreas urbanas e rurais, centros e periferias e grandes regiões do país.

Para responder a essas questões, o estudo utiliza dados públicos e oficiais da Educação Básica, tendo como principal fonte os microdados do Censo Escolar, complementados por outros indicadores produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e, quando necessário, por consultas realizadas em ambiente seguro do Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap/Inep). O recorte racial é incorporado a partir da variável de cor/raça dos estudantes, agrupando pretos e pardos na categoria negros, bem como pela classificação das escolas segundo composição racial. Para isso, utiliza-se a metodologia de classificação desenvolvida pelo CEDRA, que categoriza os estabelecimentos segundo a predominância de matrículas de estudantes brancos, negros ou de composição mista. Essa estratégia permite examinar como diferentes dimensões da qualidade da educação se distribuem entre escolas com distintas composições raciais do seu corpo discente.

Em síntese, os resultados revelam que os estudantes negros representam 50,3% das matrículas da Educação Básica brasileira em 2025, cerca de 23,1 milhões de crianças e jovens, e sua distribuição entre os estabelecimentos de ensino é marcadamente desigual. Segundo a classificação adotada neste estudo, 65,1% dessas matrículas concentram-se em escolas predominantemente negras. Em comparação com as escolas predominantemente brancas, esses estabelecimentos apresentam, de forma sistemática, piores condições de infraestrutura, menor nível socioeconômico e menor adequação da formação docente, enquanto os estudantes negros apresentam indicadores menos favoráveis de fluxo escolar. A análise evidencia, portanto, um processo cumulativo de desvantagens que atravessa diferentes dimensões da experiência educacional, desde as condições de oferta até os resultados observados ao longo da Educação Básica.

Além desta introdução, o artigo está organizado em outras cinco seções. A Seção 2 apresenta as fontes de dados utilizadas e as principais definições metodológicas do estudo. Em seguida, são examinadas a evolução da declaração de cor/raça no Censo Escolar e a distribuição das matrículas e das escolas segundo sua composição racial (Seção 3). Na Seção 4, analisa-se como a qualidade da oferta educacional – em termos de infraestrutura escolar e adequação da formação docente – se distribui entre escolas com diferentes composições raciais. A Seção 5 investiga os indicadores de fluxo escolar, com foco nas desigualdades raciais observadas ao longo da trajetória educacional. Por fim, a Seção 6 reúne as considerações finais, sintetizando os principais resultados e discutindo suas implicações para a promoção da equidade racial na Educação Básica.

2. Fontes de dados e Definições

Este artigo utiliza dados públicos do Censo Escolar e de indicadores educacionais derivados, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), complementados por tabulações específicas obtidas por meio do Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap/Inep). Esse ambiente restrito permite a realização de tabulações de microdados sob sigilo estatístico, mediante solicitação e aprovação prévia, possibilitando análises entre variáveis não disponíveis nas bases públicas, como cruzamento entre cor/raça e sexo.

As análises foram realizadas para o Brasil, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. O **Quadro 1** sintetiza as bases de dados utilizadas, indicando, para cada uma delas, o ano de referência mais recente disponível até o momento da realização deste estudo, bem como a respectiva forma de acesso.

Quadro 1 – Bases de dados, período de referência e forma de acesso

Base de dados	Ano	Acesso
Censo Escolar	2025	Público
Adequação da Formação Docente (ADF)	2025	Público
Indicador de Nível Socioeconômico (INSE)	2023	Público
Taxa de transição	2021-2022	Público
Censo Escolar – Situação	2023	Sedap

Fonte: CEDRA (2026)

No Censo Escolar, a variável de cor/raça é informada pela família ou responsável no momento da matrícula ou, para estudantes com 16 anos ou mais, por autodeclaração, seguindo as categorias oficialmente adotadas pelo IBGE: branca, preta, parda, amarela e indígena, além da opção de não declaração. Para fins deste artigo, utiliza-se a categoria negros, que reúne estudantes pretos e pardos, em conformidade com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.888/2010).

Além da análise pela cor/raça declarada de cada estudante, o estudo adota uma segunda perspectiva, baseada na composição racial das escolas. Desenvolvida pelo CEDRA, essa metodologia busca identificar como os estabelecimentos de ensino se caracterizam em termos da distribuição racial de suas matrículas, permitindo analisar desigualdades educacionais associadas aos diferentes contextos escolares. Para isso, atribui-se a cada escola uma classificação de predominância racial com base no perfil de seus estudantes. São consideradas predominantemente

brancas (escolas brancas) ou predominantemente negras (escolas negras) as escolas em que pelo menos 60% das matrículas pertencem, respectivamente, a estudantes brancos ou negros; as demais são classificadas como escolas mistas[6]. Essa classificação permite examinar se indicadores de oferta educacional e trajetória escolar apresentam padrões distintos entre escolas com diferentes composições raciais.

Para analisar as condições de oferta e os processos associados à trajetória educacional, o estudo também utiliza indicadores produzidos pelo Inep a partir dos dados do Censo Escolar. No que se refere às condições dos estabelecimentos de ensino, são considerados indicadores de infraestrutura escolar, incluindo aspectos relacionados ao acesso à água, esgotamento sanitário, conectividade e outros recursos físicos disponíveis nas escolas.

Além das condições materiais, a qualidade da oferta educacional também depende da disponibilidade de professores com formação compatível com as disciplinas que lecionam. Nesse sentido, o estudo utiliza o indicador de Adequação da Formação Docente (AFD), que classifica os professores em cinco grupos segundo o grau de correspondência entre sua formação inicial e a disciplina em que atuam (**Quadro 2**). O Grupo 1 reúne os docentes com formação considerada adequada, isto é, aqueles que possuem licenciatura na mesma área da disciplina ministrada ou bacharelado na mesma área acompanhado de formação pedagógica, enquanto os demais grupos contemplam diferentes níveis de incompatibilidade entre formação e atuação. Neste artigo, utiliza-se a proporção de docentes classificados no Grupo 1 como medida de adequação da formação docente.

[6] O critério de predominância considera o total de matrículas da escola, incluindo aquelas sem declaração de cor/raça. Assim, por exemplo, uma escola em que 55% das matrículas são de estudantes negros, 10% de estudantes brancos e 35% não possuem declaração de cor/raça não é classificada como escola predominantemente negra, pois a proporção de estudantes negros não alcança 60% do total de matrículas. Nesse caso, a escola é classificada como mista.

Quadro 2 – Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona

Grupo	Descrição
1	Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.
2	Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3	Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.
4	Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
5	Docentes que não possuem curso superior completo.

Fonte: Indicadores Educacionais (INEP). Elaboração: CEDRA (2026)

Por fim, para examinar a progressão dos estudantes ao longo da trajetória escolar, são utilizados três indicadores de fluxo calculados pelo Inep a partir do acompanhamento longitudinal das matrículas no Censo Escolar: a taxa de promoção, correspondente à proporção de estudantes que avançam para a série escolar seguinte no ano letivo posterior; a taxa de insucesso, definida como a soma das taxas de reprovação e abandono, conforme definido pelo Inep; e a taxa de distorção idade-série, que mede a proporção de estudantes matriculados com dois anos ou mais de atraso em relação à idade recomendada para a série/ano cursado. Enquanto as taxas de promoção e de insucesso captam os resultados do fluxo escolar em um determinado ano letivo, a distorção idade-série oferece uma medida do atraso escolar acumulado entre os estudantes matriculados, refletindo os efeitos de reprovações e entradas tardias no sistema de ensino.

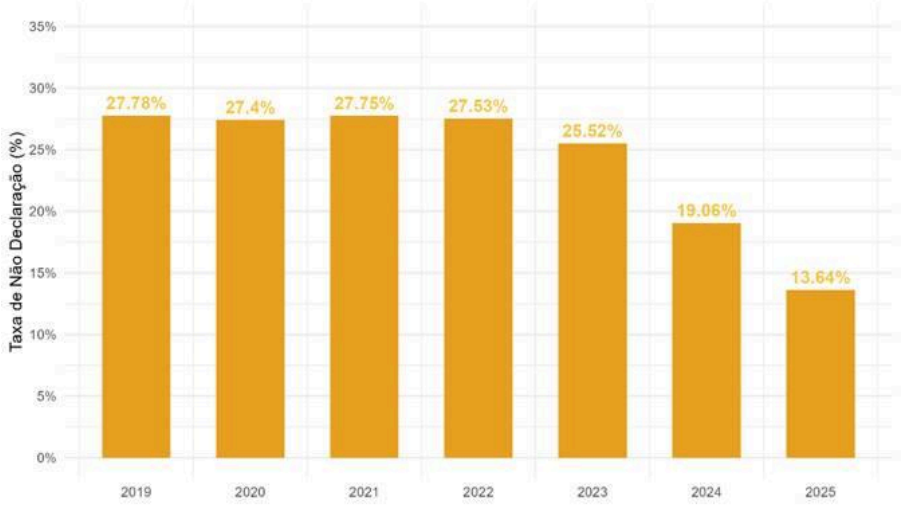
3. A declaração de cor/raça no Censo Escolar e a distribuição das matrículas

A análise das desigualdades raciais na educação depende, em primeiro lugar, da qualidade dos registros de cor/raça no Censo Escolar. Embora essa variável seja coletada desde 2005, a elevada proporção de matrículas sem declaração limitou, por muito tempo, as investigações sobre o tema. Em 2007, mais da metade dos estudantes da Educação Básica não possuía declaração racial registrada, percentual que caiu para 41,2% em 2010. Esse cenário, entretanto, tem se modificado consideravelmente nos últimos anos.

O **Gráfico 1** apresenta o período mais recente dessa trajetória. Entre 2019 e 2025, a proporção de matrículas sem declaração de cor/raça reduziu de 27,8% para 13,6%, uma queda de

14,2 pontos percentuais, alcançando o menor patamar de toda a série histórica. Esse avanço reflete os esforços institucionais empreendidos para qualificar o preenchimento dessa informação, bem como a crescente incorporação do quesito cor/raça em políticas públicas, sistemas de monitoramento e iniciativas voltadas à promoção da equidade racial.

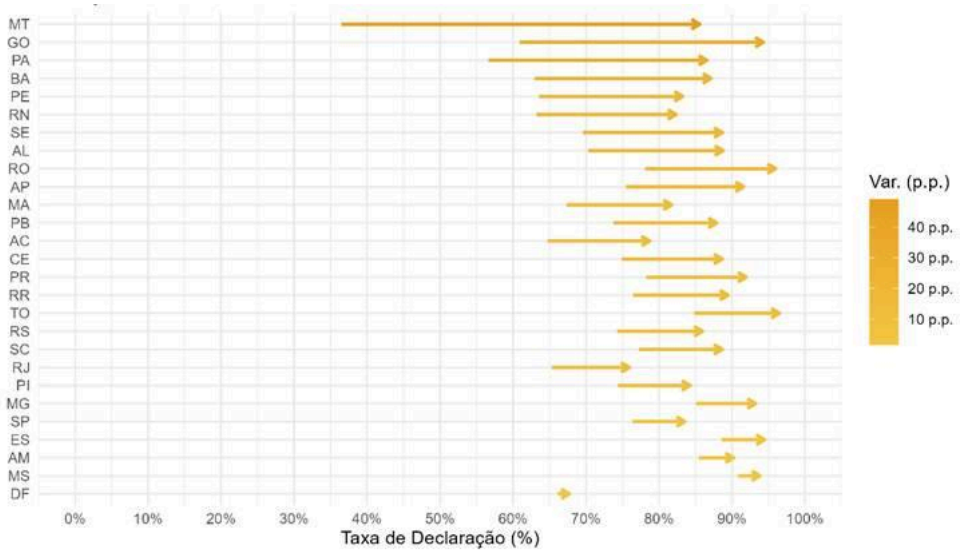
Gráfico 1 – Evolução da proporção de matrículas sem declaração de cor/raça na Educação Básica, Brasil, 2019 a 2025



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Esse avanço ocorreu em todas as Unidades da Federação, ainda que com intensidades distintas (**Gráfico 2**). Entre 2019 e 2025, Mato Grosso (+49,1 pontos percentuais), Goiás (+33,4 p.p.), Pará (+29,9 p.p.), Bahia (+24,2 p.p.) e Pernambuco (+19,7 p.p.) registraram os maiores incrementos na taxa de declaração racial. Esses estados partiam dos níveis mais baixos de preenchimento em 2019, sugerindo que os maiores ganhos se concentraram onde a subnotificação era mais intensa. O Distrito Federal registrou a menor variação, de 1,59 pontos percentuais, resultado que pode ser considerado estável no período. Em geral, observa-se uma convergência entre as unidades federativas, com a maior parte dos estados apresentando, em 2025, taxas de declaração superiores a 80% e muitos ultrapassando 90%.

Gráfico 2 – Variação da taxa de declaração de cor/raça na Educação Básica, por Unidade da Federação, 2019 a 2025



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

O aumento da taxa de declaração amplia a cobertura da informação e permite traçar um retrato mais completo da composição racial do sistema de ensino brasileiro, bem como identificar as desigualdades existentes e elaborar políticas públicas para reduzi-las. Em 2025, o Censo Escolar registrou aproximadamente 46 milhões de matrículas distribuídas em 178.766 escolas. Desse total, pouco mais da metade das matrículas (50,3%) corresponde a estudantes negros (pretos e pardos), o equivalente a 23,1 milhões de alunos. Os estudantes brancos representam 34,9% das matrículas (cerca de 16 milhões), enquanto amarelos e indígenas correspondem, respectivamente, a 0,4% e 0,8%. A não declaração de cor ou raça ainda corresponde a 13,6% das matrículas, o equivalente a aproximadamente 6,3 milhões de estudantes.

A classificação das escolas segundo sua composição racial revela uma forte concentração: a maioria dos estudantes negros frequenta escolas predominantemente negras, enquanto estudantes brancos se distribuem de forma mais equilibrada entre os tipos de escola, como apresenta a **Tabela 1**. Dos 23,1 milhões de estudantes negros, 65,1% frequentam escolas predominantemente negras, enquanto apenas 7,3% estão em escolas predominantemente brancas e 27,5% em escolas mistas. Entre os estudantes brancos o padrão é distinto, 42,5% estão em escolas predominantemente brancas, 37,8% em mistas e 19,7% em escolas predominantemente negras.

Tabela 1 – Distribuição das matrículas de estudantes negros e brancos por predominância racial da escola, Brasil, 2025

Categorias das escolas	Escolas (% do total de escolas	Matrículas Brancas (% do total de brancos)	Matrículas Negras (% do total de negros)
Predominantemente negra	75.615 (42,3%)	3.159.870 (19,7%)	15.075.657 (65,1%)
Predominantemente branca	36.728 (20,5%)	6.813.999 (42,5%)	1.696.724 (7,3%)
Mista	66.423 (37,2%)	6.070.996 (37,8%)	6.376.680 (27,6%)
Total	178.766	16.044.865	23.149.061

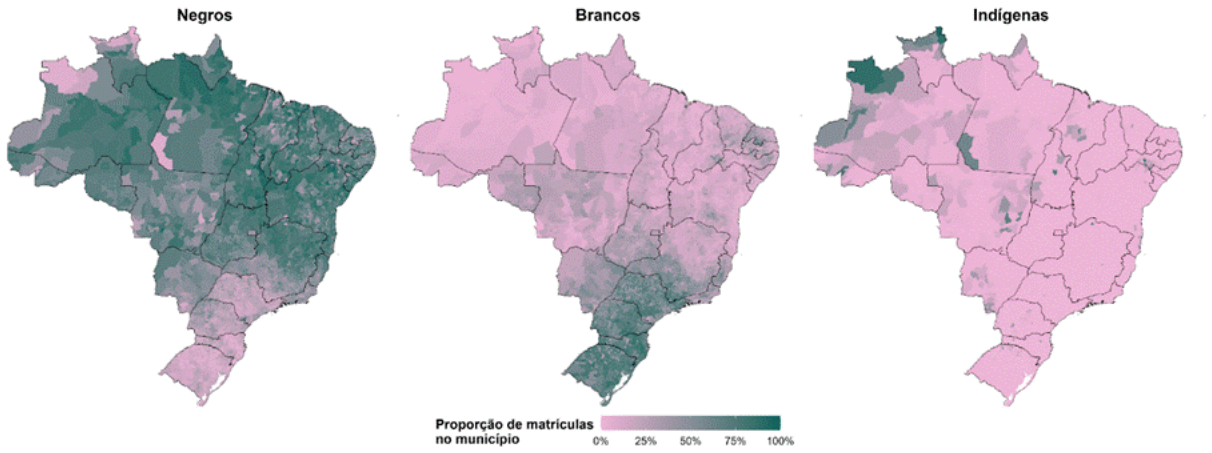
Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Os mapas da **Figura 1** permitem visualizar a dimensão territorial dessa distribuição. As matrículas de estudantes negros se concentram em grande parte das regiões Norte e Nordeste, além de áreas do Centro-Oeste, enquanto as matrículas de estudantes brancos estão sobretudo nos municípios da região Sul e em parte do Sudeste. Já a presença das matrículas de estudantes indígenas é marcada em áreas específicas do país. Esse mesmo padrão se reproduz quando a unidade de análise deixa de ser o estudante e passa a ser a escola. A distribuição das escolas por predominância racial (**Figura 2**) espelha a distribuição das matrículas por cor/raça[7]: onde há mais estudantes negros, há mais escolas predominantemente negras; onde predominam estudantes brancos, predominam também as escolas brancas.

Mas a relevância de analisar a escola como unidade vai além dessa correspondência. As condições de um estabelecimento, como infraestrutura e qualificação docente, por exemplo, afetam todos os estudantes que o frequentam, independentemente de sua cor/raça individual. Um estudante branco em uma escola predominantemente negra estaria sujeito às mesmas condições que seus colegas negros; um estudante negro em uma escola predominantemente branca tende a ter acesso a um ambiente educacional distinto da maioria dos estudantes de seu grupo racial. Desse modo, a composição racial da escola torna-se uma forma de investigar se determinados perfis de estudantes estão sistematicamente associados a condições educacionais distintas, oferecendo uma perspectiva complementar para compreender como as desigualdades raciais se organizam no sistema de ensino.

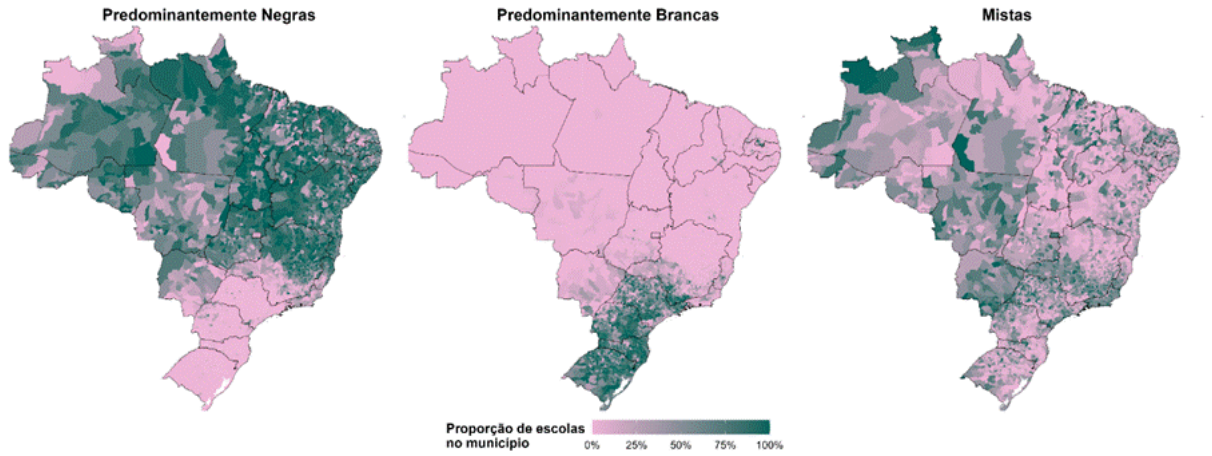
[7] Embora existam escolas com predominância de estudantes indígenas, elas não foram analisadas como uma categoria específica neste estudo, em razão de seu número reduzido e das particularidades da educação indígena, que demandariam uma abordagem própria. Assim, essas escolas estão incluídas na categoria de escolas mistas.

Figura 1 – Distribuição territorial das matrículas da educação básica por cor/raça, Brasil, 2025



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Figura 2 – Distribuição territorial das escolas segundo predominância racial, Brasil, 2025

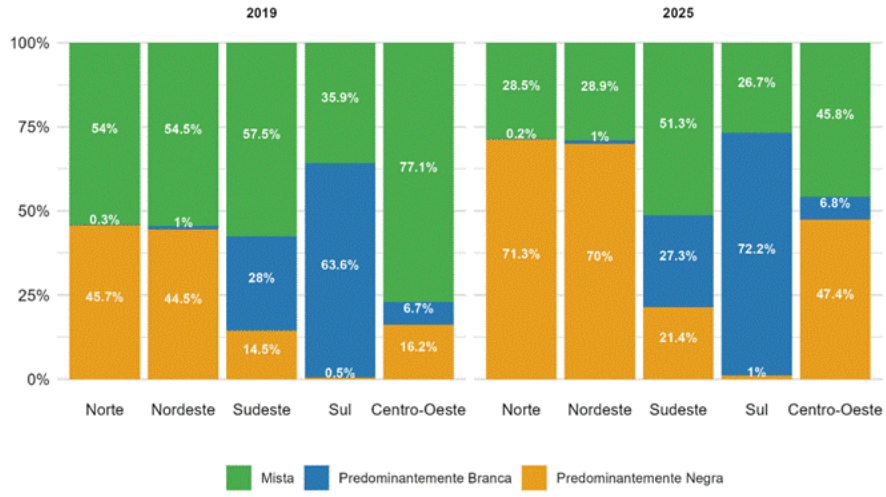


Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

O **Gráfico 3** detalha a distribuição regional e sua evolução entre 2019 e 2025. As diferenças entre regiões são expressivas: em 2025, Norte e Nordeste têm mais de 70% de suas escolas classificadas como predominantemente negras, enquanto no Sul essa proporção não chega a 1% – com 72,2% das escolas classificadas como brancas. O Centro-Oeste apresenta a variação mais intensa no período: a proporção de escolas negras saltou de 16,2% para 47,4%, uma mudança de mais de 30 pontos percentuais em seis anos. Esse aumento, contudo, deve ser interpretado com cautela. Como discutido anteriormente, os estados com maior crescimento na taxa de declaração de cor/raça foram justamente aqueles que partiam dos piores índices de preenchimento – e muitos deles estão no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste. Parte da variação observada entre 2019 e

2025 pode, portanto, refletir a melhora no registro dos dados e não necessariamente uma transformação real na composição racial das escolas.

Gráfico 3 – Evolução da distribuição das escolas por predominância racial dos estudantes e região, 2019-2025



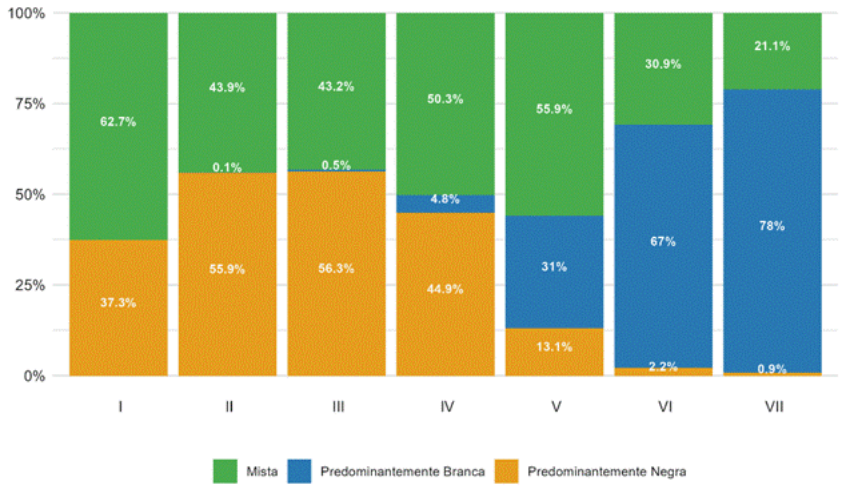
Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

A distribuição racial das escolas também está estreitamente associada ao seu perfil socioeconômico. Para examinar essa relação, utiliza-se o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), elaborado pelo Inep a partir dos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Como a versão mais recente do indicador refere-se a 2023, a análise apresentada no **Gráfico 4** utiliza os dados do Censo Escolar desse mesmo ano, garantindo a compatibilidade entre as duas bases. O INSE classifica as escolas em sete estratos, do I (menor nível socioeconômico) ao VII (maior nível socioeconômico), com base em características dos estudantes, como escolaridade dos pais, renda familiar e acesso a bens e serviços.

A distribuição dos estabelecimentos entre esses estratos evidencia uma forte associação entre composição racial e perfil socioeconômico. Nos estratos mais baixos (I, II e III), as escolas negras representam, respectivamente, 37,3%, 55,9% e 56,3% dos estabelecimentos. À medida que o nível socioeconômico aumenta, essa participação diminui, enquanto cresce a presença de escolas predominantemente brancas. Nos estratos VI e VII, que concentram os estudantes em melhores condições socioeconômicas, essas escolas correspondem a 67% e 78% dos estabelecimentos, respectivamente. Observa-se, ainda, que a presença das escolas brancas é praticamente inexistente nos estratos mais baixos, de I a IV, assim como as escolas negras não estão presentes nos estratos mais altos (VI e VII). A sobreposição entre predominância racial e estratificação socioeconômica

reflete o modo como desigualdades de raça e renda se articulam e se reforçam mutuamente no sistema educacional brasileiro.

Gráfico 4 – Distribuição das escolas por predominância racial dos estudantes e Nível Socioeconômico, 2023



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

4. A qualidade da oferta educacional e desigualdades raciais

Se a distribuição das matrículas revela onde estão os estudantes negros e brancos, a análise das condições de oferta educacional revela o que cada grupo encontra ao chegar à escola. Esta seção examina duas dimensões centrais dessa oferta – a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino e a adequação da formação docente – por meio de indicadores construídos tanto no nível das matrículas quanto das escolas.

4.1 Infraestrutura escolar

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devem zelar pela qualidade do ensino oferecido, definindo padrões mínimos que incluem as condições físicas e materiais dos estabelecimentos. Esse marco foi recentemente reforçado pela Lei nº 15.360, de 25 de março de 2026, que passou a estabelecer como dever do Estado assegurar que todas as escolas públicas de educação básica disponham de biblioteca, laboratórios de ciências e de informática devidamente equipados, acesso à internet, quadra poliesportiva coberta, cozinha, refeitório, banheiros com condições adequadas de acessibilidade, além de energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos (art. 25-A). A infraestrutura escolar é, portanto, parte constitutiva do direito à

educação, e a análise apresentada a seguir busca verificar em que medida essas condições estão presentes nas escolas brasileiras e como sua distribuição varia segundo a composição racial das matrículas.

Os resultados mostram que a universalização dessas condições ainda representa um desafio para a educação básica brasileira. Em 2025, cerca de 5,1 milhões de estudantes frequentavam escolas sem abastecimento de água pela rede pública, 416 mil estavam matriculados em estabelecimentos sem banheiro e 574 mil estudavam em escolas que não ofereciam água potável para consumo humano (**Figura 3**). A desagregação desses indicadores por cor ou raça (**Figura 4**) revela diferenças expressivas entre estudantes negros e brancos. Enquanto 14,4% das matrículas de estudantes negros estavam em escolas sem abastecimento de água pela rede pública, entre os estudantes brancos essa proporção era de 5,4%, quase um terço.

O mesmo padrão se observa nos demais indicadores de saneamento. Mais de um terço (36,9%) das matrículas de estudantes negros encontrava-se em escolas sem conexão à rede pública de esgotamento sanitário, frente a 18,5% entre os estudantes brancos. As desigualdades também se manifestam no acesso à coleta regular de lixo (5,2% contra 1,4%) e à água potável para consumo humano (1,6% contra 0,7%).

Figura 3 – Estudantes em escolas com ausência de serviços de saneamento, Brasil, 2025



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Figura 4 – Percentual de estudantes negros e brancos em escolas com ausência de serviços de saneamento, por indicador, Brasil, 2025



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

A análise segundo a predominância racial das escolas oferece uma perspectiva complementar sobre as desigualdades no acesso ao saneamento básico (**Tabela 2**). No abastecimento de água, 17,9% das matrículas em escolas predominantemente negras estão em estabelecimentos sem conexão à rede pública, proporção quase seis vezes superior à observada nas escolas predominantemente brancas (3,1%). No esgotamento sanitário, 45,6% das matrículas em escolas predominantemente negras encontram-se em unidades sem atendimento pela rede pública de esgoto, frente a 15,0% nas escolas predominantemente brancas. As diferenças persistem também na coleta de resíduos (5,9% e 0,3%, respectivamente) e no acesso à água potável (2,0% e 0,5%). Em todos os indicadores, as escolas mistas ocupam posição intermediária.

Tabela 2 – Proporção de matrículas em escolas sem serviços de saneamento básico por predominância racial, Brasil, 2025

Categorias das escolas	Abastecimento de água via rede pública	Coleta de esgoto via rede pública	Coleta de lixo via rede pública
	% de matrículas sem serviço	% de matrículas sem serviço	% de matrículas sem serviço
Predominantemente negra	17,9	45,6	5,9
Predominantemente branca	3,1	15	0,3
Mista	7,1	17,6	1,8

Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

As desigualdades de infraestrutura não se restringem ao saneamento básico. No acesso a recursos pedagógicos e espaços de aprendizagem, o mesmo padrão é observado: 26,5% das matrículas de estudantes negros estão em escolas sem biblioteca ou sala de leitura, frente a 21% das matrículas de estudantes brancos. A diferença é ainda mais acentuada no acesso ao laboratório de informática, inexistente para 55,3% das matrículas negras e 45,4% das brancas, e à quadra de esportes, ausente para 39,8% e 29% das matrículas, respectivamente.

Figura 5 – Percentual de estudantes negros e brancos em escolas com ausência de recursos pedagógicos, Brasil, 2025



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Quando a análise é realizada segundo a predominância racial das escolas, o padrão também se mantém (**Tabela 3**). No acesso à biblioteca ou sala de leitura, 28% das matrículas em escolas predominantemente negras estão em estabelecimentos que não dispõem desse espaço, frente a 19,3% nas escolas predominantemente brancas. A ausência de laboratório de informática é ainda mais frequente: 59% das matrículas em escolas predominantemente negras estão em unidades sem esse recurso, contra 41,6% nas predominantemente brancas. Na disponibilidade de quadra de

esportes, 43,6% das matrículas em escolas negras encontram-se em estabelecimentos sem esse equipamento, enquanto nas escolas brancas essa proporção é de 24,3%.

Tabela 3 – Proporção de escolas sem recursos pedagógicos por predominância racial, Brasil, 2025

Categorias das escolas	Biblioteca	Laboratório de informática	Quadra de esportes
	% de matrículas sem serviço	% de matrículas sem serviço	% de matrículas sem serviço
Predominantemente negra	28	59	43,6
Predominantemente branca	19,3	41,6	24,3
Mista	23,4	48,7	33,2

Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Em todos os itens de infraestrutura analisados, as escolas negras apresentam condições significativamente piores – evidenciando que as condições mais elementares do ambiente escolar, aquelas que a lei agora expressamente exige, distribuem-se de forma desigual segundo a raça de quem as frequenta.

4.2 Adequação da Formação Docente

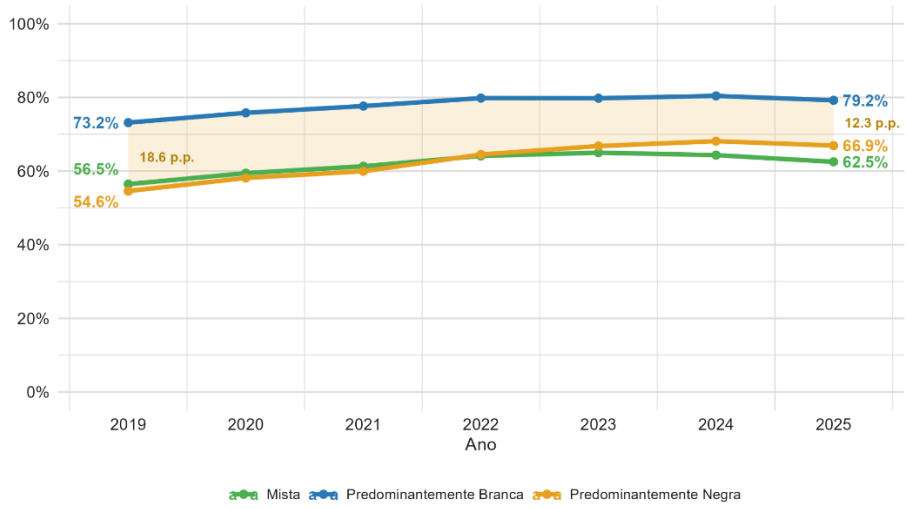
O Indicador de Adequação da Formação Docente (AFD), produzido pelo Inep, é amplamente utilizado como medida da qualidade da oferta educacional, por captar o alinhamento entre a formação do professor e a disciplina que efetivamente leciona. Sua relevância é reforçada pelo estudo recente do Instituto Península, em parceria com o Movimento Profissão Docente e a Fundação Getúlio Vargas (2024), que incorpora a adequação da formação docente como uma das dimensões do Índice de Qualidade do Professor (IQP). Segundo o estudo, a qualidade docente é o fator que mais impacta os resultados educacionais do país, respondendo por 57,76% da aprendizagem no Ensino Fundamental e por 36% no Ensino Médio – impacto superior ao de outros fatores, como infraestrutura escolar, número de alunos por turma e nível de escolaridade dos responsáveis.

Apesar da importância atribuída à formação docente para a qualidade educacional, o ADF ainda é pouco explorado nas análises sobre desigualdades raciais na educação. Os estudos disponíveis concentram-se, em geral, em análises da distribuição espacial do AFD entre regiões e Unidades da Federação, na evolução do indicador ao longo do tempo e em efeitos sobre o desempenho escolar. Este artigo busca ampliar essa discussão ao investigar se a adequação da formação docente também apresenta diferenças segundo a composição racial das escolas,

analisando se estabelecimentos predominantemente brancos, predominantemente negros e mistos apresentam distintos níveis de adequação docente.

A análise da adequação da formação docente por tipo de escola revela padrões distintos conforme a etapa de ensino considerada, tanto em relação ao nível geral do indicador quanto à magnitude das disparidades entre escolas de diferentes composições raciais. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (**Gráfico 5**), observa-se o maior nível de adequação docente entre as três etapas analisadas, com as escolas predominantemente brancas apresentando os índices mais altos de 2019 (73,2%) a 2025 (79,2%). As escolas predominantemente negras partiam da posição mais desfavorável em 2019 (54,6%), com uma diferença de 18,6 p.p. em relação às escolas predominantemente brancas – a maior disparidade racial verificada nessa etapa. Entre 2019 e 2025 essa diferença reduziu para 12,3 p.p., mantendo, contudo, uma vantagem consistente das escolas predominantemente brancas durante toda a série analisada.

Gráfico 5 – Proporção de professores com formação adequada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por predominância racial da escola, Brasil, 2019 a 2025

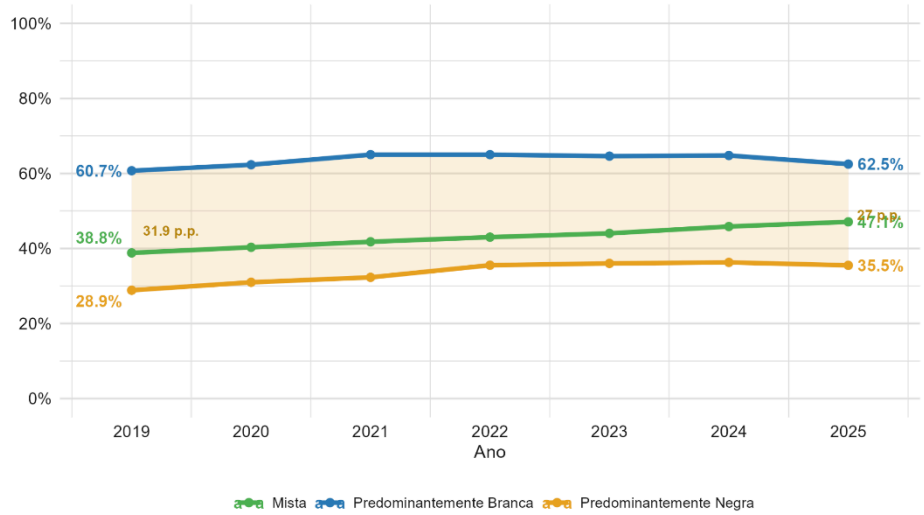


Fonte: Indicadores Educacionais (INEP). Elaboração: CEDRA (2026)

Nos anos finais do Ensino Fundamental (**Gráfico 6**), o quadro é marcadamente mais desigual. Os níveis de adequação docente são substancialmente mais baixos em todas as categorias – mesmo as escolas predominantemente brancas não ultrapassam 62,5% ao longo da série –, e a disparidade racial inicial é a maior entre as três etapas: 31,9 p.p. entre escolas predominantemente brancas (60,7%) e predominantemente negras (28,9%) em 2019. Apesar de leve crescimento em todas as categorias, a diferença entre escolas brancas e negras permanece elevada em 2025 (27 p.p.), sugerindo que os desafios de prover docentes com formação compatível se intensificam

justamente na etapa em que o ensino passa a exigir maior especialização por componente curricular, afetando de forma desproporcional as escolas predominantemente negras.

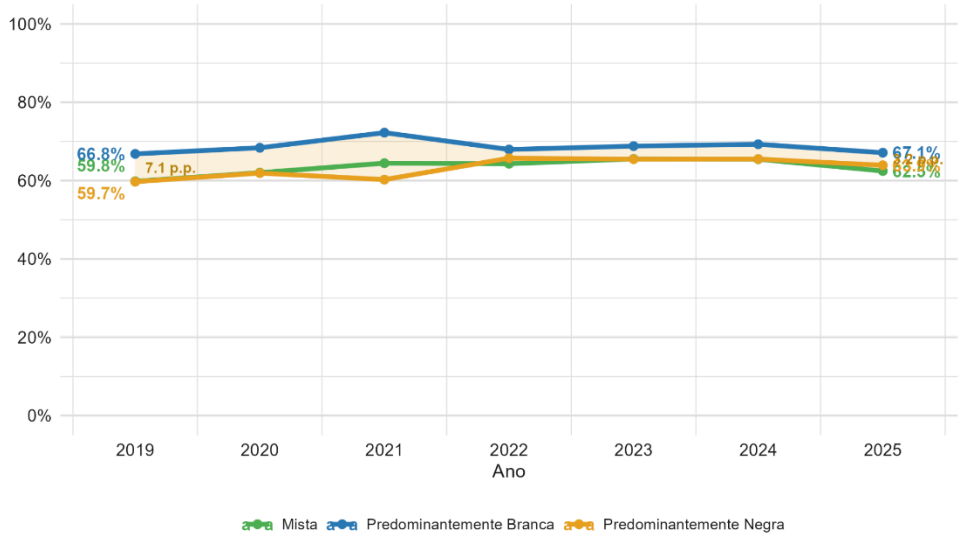
Gráfico 6 – Proporção de professores com formação adequada nos anos finais do Ensino Fundamental, por predominância racial da escola, Brasil, 2019 a 2025



Fonte: Indicadores Educacionais (INEP). Elaboração: CEDRA (2026)

No Ensino Médio (**Gráfico 7**), observa-se um padrão distinto das demais etapas. As três categorias de escola apresentam trajetórias relativamente estáveis ao longo do período, com a menor disparidade racial entre as etapas analisadas: em 2019, a diferença entre escolas predominantemente brancas (66,8%) e predominantemente negras (59,7%) era de 7,1 pontos percentuais. Ao longo da série, as escolas predominantemente negras registram o maior avanço na adequação da formação docente, reduzindo gradualmente essa distância. Em 2025, a diferença entre escolas predominantemente brancas (67,1%) e predominantemente negras (63,9%) cai para apenas 3,2 pontos percentuais, indicando uma convergência entre as categorias. Esse resultado sugere que, diferentemente do observado no Ensino Fundamental, a distribuição de docentes com formação adequada no Ensino Médio tornou-se mais homogênea entre escolas com diferentes composições raciais, ainda que persista uma pequena vantagem para as escolas predominantemente brancas.

Gráfico 7 – Proporção de professores com formação adequada no Ensino Médio, por predominância racial da escola, Brasil, 2019 a 2025



Fonte: Indicadores Educacionais (INEP). Elaboração: CEDRA (2026)

Em conjunto, os resultados mostram que a menor adequação da formação docente nas escolas predominantemente negras integra um padrão mais amplo de desigualdades na oferta educacional. Ao lado das condições de infraestrutura, a distribuição desigual de professores com formação compatível reduz as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes dessas escolas e contribui para a reprodução de desvantagens ao longo da trajetória escolar. Em outras palavras, quando os insumos essenciais à qualidade da educação são distribuídos de forma desigual, o próprio sistema educacional passa a oferecer oportunidades desiguais de aprendizagem e de desenvolvimento aos estudantes.

5. Resultados educacionais e trajetória escolar

As condições de infraestrutura e a qualificação dos professores constituem insumos fundamentais para a oferta educacional, que atuam com o objetivo de assegurar que os estudantes possam desenvolver plenamente suas trajetórias escolares. Nesse sentido, os indicadores de fluxo escolar representam uma dimensão importante dos resultados do sistema educacional, ao evidenciar em que medida os estudantes conseguem permanecer na escola e progredir ao longo da educação básica. Como destacam Fonseca et al. (2024), com base em Elliott e Bartlett (2016), a permanência escolar pode ser compreendida como uma *proxy* da oportunidade de aprender, uma vez que não há aprendizagem para quem está fora da escola. Assim, reprovação e abandono não

representam apenas interrupções na trajetória escolar, mas também limitações às oportunidades de aprendizagem.

A trajetória dos estudantes ao longo da educação básica pode ser acompanhada por diferentes indicadores de fluxo escolar, que refletem sua progressão entre as séries e etapas de ensino. Algumas etapas, no entanto, concentram historicamente maior risco de retenção, marcando momentos de maior vulnerabilidade desse percurso. Esse fenômeno pode ser observado por meio da taxa de promoção, que corresponde à proporção de estudantes que avançam para a série seguinte no ano letivo posterior.

O **Gráfico 8** apresenta um padrão bastante evidente desse percurso. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), as taxas de promoção são consistentemente elevadas, situando-se majoritariamente acima de 90% em toda a série histórica – com exceção do 3º ano, que registra os valores mais baixos dessa etapa entre 2016 e 2019 (em torno de 87–88%), refletindo o desafio do momento de consolidação da alfabetização.

A situação se torna mais desafiadora nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), em que as taxas de promoção caem para a faixa de 80% a 88% no período pré-pandemia, com o 6º ano apresentando os índices mais críticos desse segmento. Essa queda sugere maior dificuldade de promoção à medida que a complexidade curricular aumenta.

O principal gargalo do fluxo escolar concentra-se no 1º ano do Ensino Médio, que registra as menores taxas de promoção de todo o período considerado – entre 70% e 76% de 2016 a 2020. Embora o 2º ano ainda apresente taxas relativamente inferiores às observadas nas outras séries (78% a 83%), o 3º ano já alcança níveis próximos a 90%, indicando que, uma vez superado o primeiro ano dessa etapa, a probabilidade de progressão escolar aumenta substancialmente.

Chama atenção o expressivo aumento das taxas de promoção em praticamente todas as séries no biênio 2020-2021. Esse período está diretamente associado às medidas de flexibilização da avaliação e aprovação adotadas durante a pandemia de Covid-19 e, portanto, não deve ser interpretado como uma melhoria real na trajetória dos estudantes.

Gráfico 8 – Taxa de promoção por série, Ensino Fundamental e Ensino Médio, 2016 a 2022



Fonte: Indicadores Educacionais (INEP). Elaboração: CEDRA (2026)

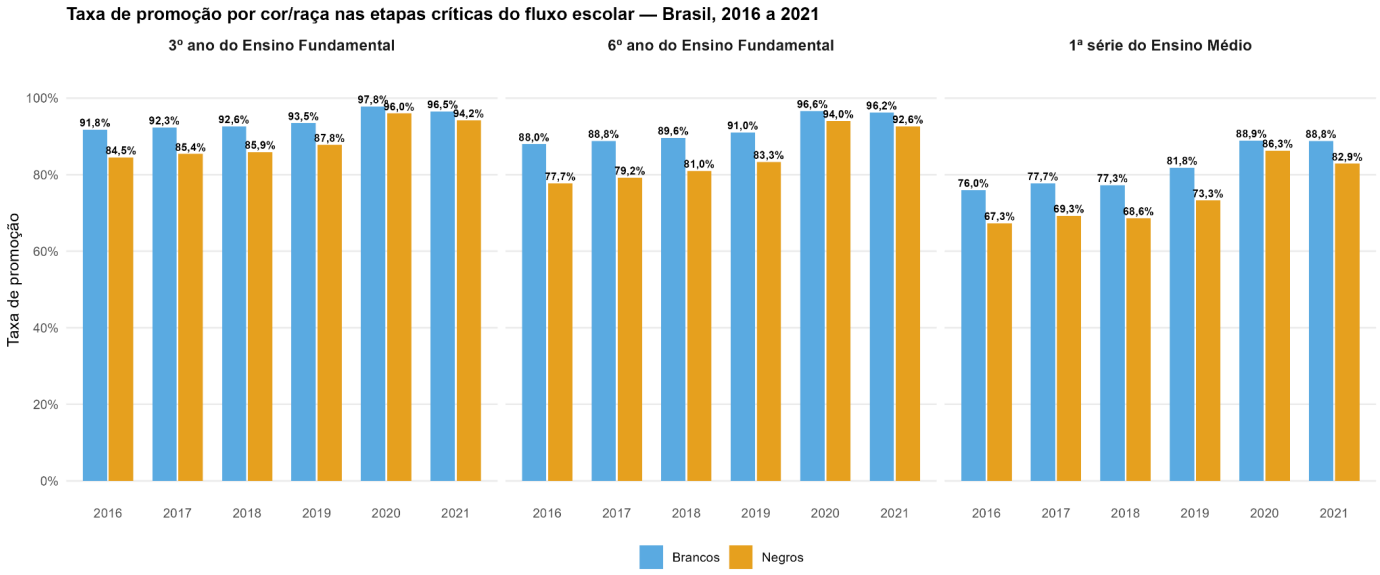
Esse afunilamento progressivo levanta uma questão que a taxa de promoção agregada, por si só, não é capaz de responder: quem são os estudantes que ficam para trás nesses pontos mais críticos do fluxo escolar? O **Gráfico 8** avança nessa investigação, apresentando as taxas de promoção por cor/raça nos três pontos identificados como mais desafiadores: o 3º ano e 6º ano do Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio.

Em todos os anos analisados, estudantes negros apresentam taxas de promoção sistematicamente inferiores às de estudantes brancos ao longo de toda a série histórica. No 3º ano do Ensino Fundamental, a disparidade já é significativa em 2016, quando 91,8% dos estudantes brancos são promovidos, contra 84,5% dos negros – uma diferença de 7,3 pontos percentuais. Um resultado ainda maior aparece no 6º ano, etapa em que a taxa de promoção de estudantes brancos (88%) supera a de pretos e pardos (77,7%) em 10,3 pontos percentuais no mesmo ano – a maior disparidade racial entre as três etapas analisadas.

No 1º ano do Ensino Médio a desigualdade racial também permanece expressiva. Em 2016, a taxa de promoção dos estudantes brancos (76%) supera a dos estudantes negros (67,3%) em 8,7 pontos percentuais. Ainda que essa diferença seja inferior à observada no 6º ano do Ensino Fundamental, ela ocorre exatamente no ponto de maior afunilamento da trajetória escolar. Assim, quando o fluxo escolar apresenta maior risco de retenção e interrupção, os estudantes negros são desproporcionalmente mais afetados, reforçando desigualdades que tendem a se acumular ao longo da trajetória educacional e a repercutir em oportunidades futuras.

Entre 2016 e 2021, observa-se uma redução das disparidades raciais nas três etapas, acompanhando a melhora generalizada das taxas de promoção, inclusive o salto registrado no biênio 2020-2021, atribuído às medidas adotadas durante a pandemia da Covid-19. Em 2021, o hiato racial diminui para 2,3 p.p. no 3º ano e 3,6 p.p. no 6º ano do Ensino Fundamental, e para 5,9 p.p. no 1º ano do Ensino Médio. Apesar dessa melhora, a vantagem dos estudantes brancos permanece em todas as etapas analisadas, e a persistência da maior diferença justamente na transição do 1º para 2º ano do Ensino Médio reforça esse momento como o principal ponto de vulnerabilidade do fluxo escolar.

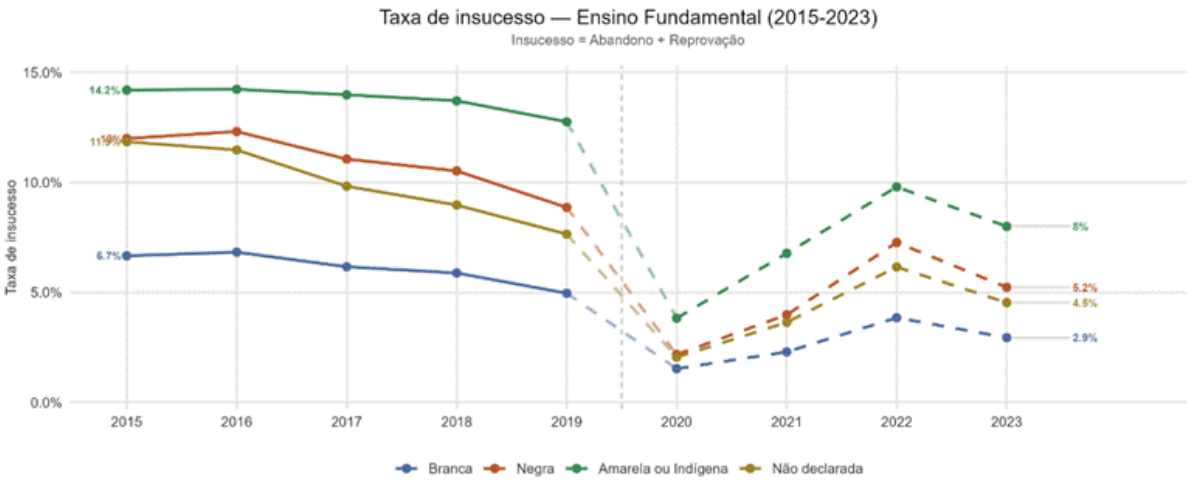
Gráfico 8 – Taxa de promoção por cor/raça nas etapas críticas do fluxo escolar, 2016 a 2021



Fonte: Indicadores Educacionais (INEP). Elaboração: CEDRA (2026)

Os indicadores de taxa insucesso apresentados a seguir contribuem para essa investigação. No Ensino Fundamental **(Gráfico 9)**, é possível observar que estudantes brancos apresentam, ao longo de toda a série histórica, as menores taxas de insucesso, enquanto estudantes indígenas e negros concentram os piores resultados. Em 2015, a taxa de insucesso entre estudantes negros (12%) era 5,3 pontos percentuais superior à observada entre estudantes brancos (6,7%). Nos anos seguintes, verifica-se uma redução gradual do insucesso em todos os grupos raciais que, no entanto, não foi suficiente para alterar o padrão de desigualdade – as diferenças entre estudantes brancos e negros permaneceram praticamente estáveis ao longo do período.

Gráfico 9 – Taxa de insucesso por cor/raça, Ensino Fundamental, 2015 a 2023



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

A pandemia de Covid-19, marcada pela linha tracejada a partir de 2020, provoca uma ruptura nesse padrão: as de insucesso despencam para todos os grupos, assim como observado no indicador de promoção. É justamente nesse contexto de aprovação quase universal que as diferenças raciais praticamente desaparecem temporariamente.

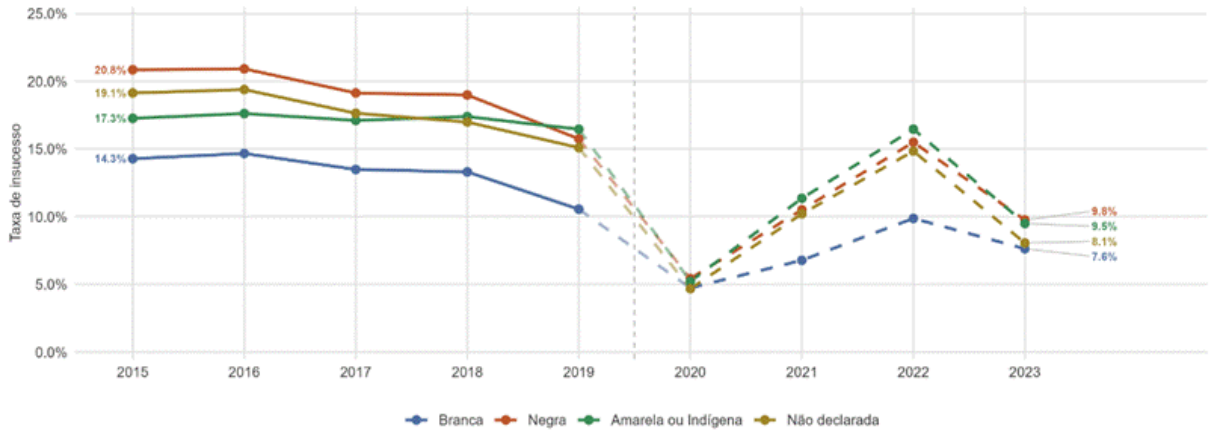
No entanto, à medida que a avaliação escolar retoma a partir de 2021, o insucesso volta a crescer para todos os grupos até 2022, e as disparidades raciais reaparecem e se intensificam. Em 2023, observa-se uma leve queda generalizada, que aproxima a tendência do período pré-pandemia. Mesmo com essa recuperação, o hiato racial permanece e a taxa de insucesso entre negros (5,2%) segue quase duas vezes maior que a de brancos (2,9%).

No Ensino Médio (**Gráfico 10**), o padrão racial é semelhante, mas as disparidades são maiores em magnitude, refletindo o fato, já discutido nesta seção, de que essa etapa concentra os maiores desafios de fluxo escolar. Em 2015, a taxa de insucesso de estudantes negros chegava a 20,8%, contra 14,3% entre brancos. Assim como no Fundamental, a pandemia comprime artificialmente essas diferenças em 2020, com o reaparecimento das disparidades no período pós-pandêmico.

Ao final da série, em 2023, no entanto, chama atenção uma convergência mais acentuada entre os grupos: negros e indígenas apresentam taxas de insucesso muito próximas entre si (cerca de 9,5% a 9,8%), e a distância em relação aos estudantes brancos (7,6%) se reduz de forma expressiva frente aos anos anteriores. Esse movimento de aproximação no Ensino Médio merece investigação mais aprofundada, podendo estar relacionado às políticas focalizadas voltadas a essa

etapa de ensino no período recente – hipótese que extrapola o escopo deste artigo, mas que aponta um caminho relevante para estudos futuros.

Gráfico 10 – Taxa de insucesso por cor/raça, Ensino Médio, 2015 a 2023



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

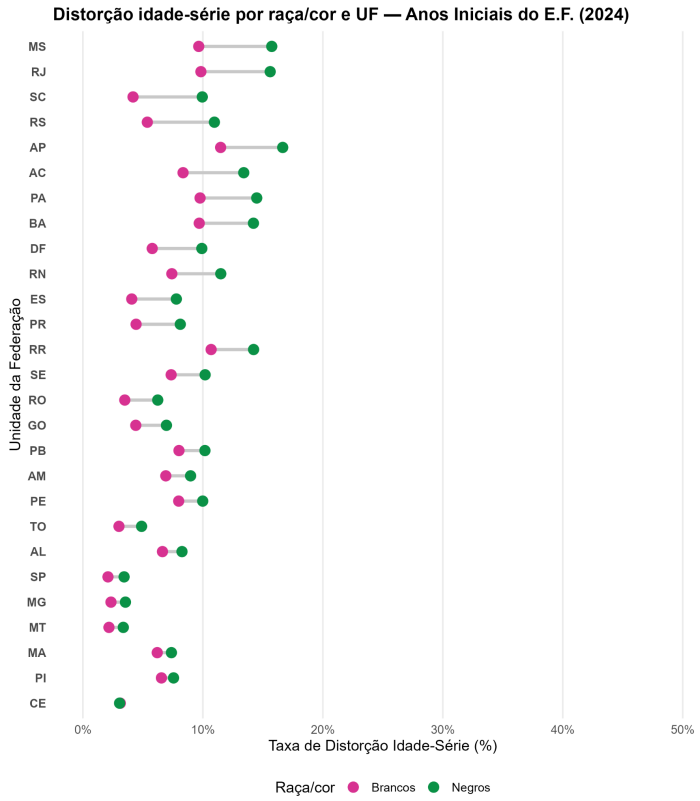
Os resultados apresentados até aqui mostram que as desigualdades raciais no fluxo escolar persistem ao longo de quase uma década de observação. A taxa de distorção idade-série permite avançar nessa discussão, ao evidenciar como essas diferenças se acumulam ao longo da trajetória escolar dos estudantes. Esse indicador sintetiza os efeitos de percursos escolares marcados por atrasos, permitindo identificar em que medida as desigualdades observadas nos eventos de fluxo se traduzem em defasagens persistentes entre grupos raciais.

Os **Gráficos 11, 12 e 13** apresentam essa taxa desagregada por cor/raça em cada Unidade da Federação, para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, respectivamente, em 2024. Em praticamente todas os estados e nas três etapas analisadas, estudantes negros apresentam taxas de distorção idade-série superiores às de estudantes brancos, confirmando o padrão de desigualdade racial já identificado nos demais indicadores de fluxo escolar.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental **(Gráfico 11)**, as taxas de distorção são as mais baixas entre os três níveis analisados, e o hiato racial, embora presente na maior parte das unidades federativas, é relativamente contido. À medida que se avança para os anos finais do Ensino Fundamental **(Gráfico 12)** e, sobretudo, para o Ensino Médio (Gráfico 13), tanto o nível geral de distorção quanto a disparidade racial se ampliam, reproduzindo o mesmo afunilamento já identificado na taxa de promoção e o mesmo padrão de desigualdade crescente observado no insucesso ao longo da trajetória escolar. Chama atenção, ainda, a heterogeneidade observada no

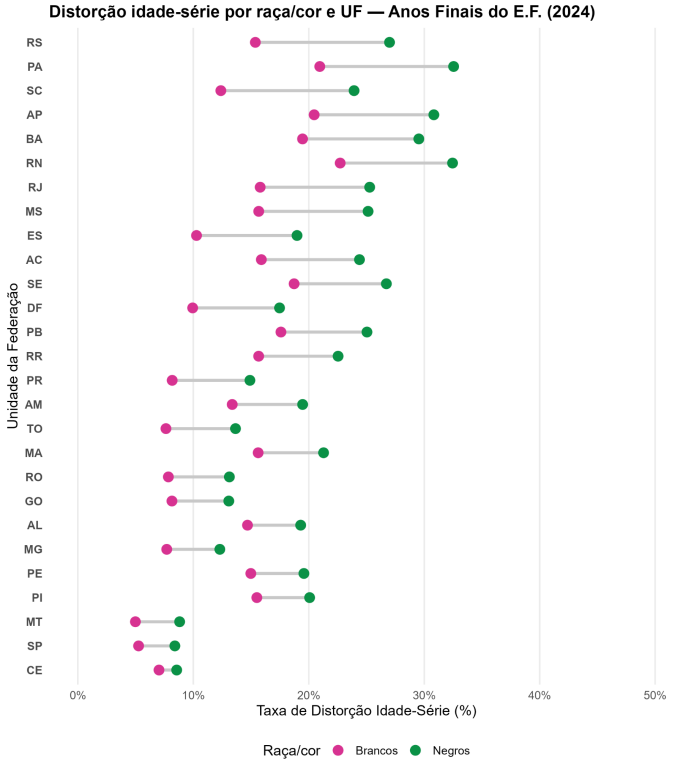
território. Enquanto estados como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro apresentam diferenças raciais elevadas de forma consistente, especialmente no Ensino Médio, o Ceará combina baixos níveis de distorção idade-série com as menores diferenças em todas as etapas.

Gráfico 11 – Distorção idade-série por cor/raça e Unidade da Federação – Anos Iniciais, 2024



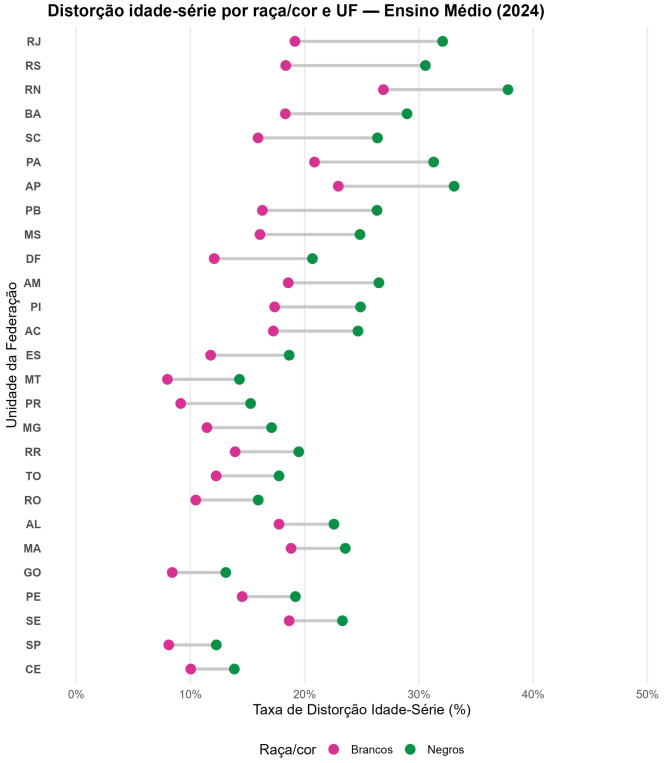
Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Gráfico 12 – Distorção idade-série por cor/raça e Unidade da Federação – Anos Finais, 2024



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Gráfico 13 – Distorção idade-série por cor/raça e Unidade da Federação – Ensino Médio, 2024



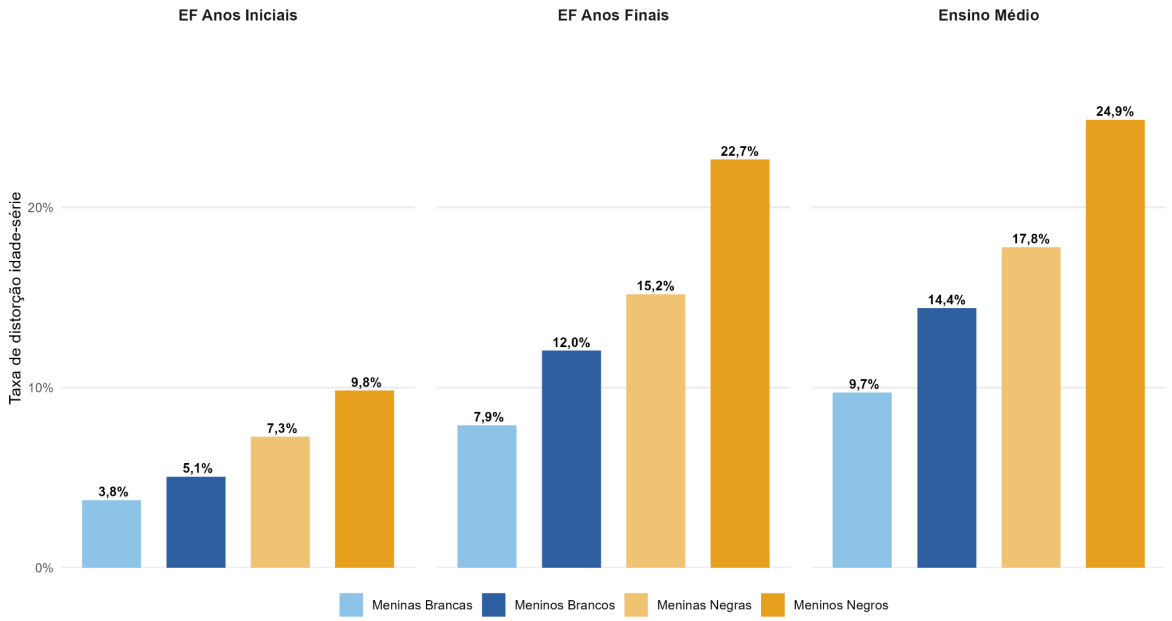
Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Até aqui, a análise evidenciou como as desigualdades raciais se manifestam nos diferentes indicadores de fluxo escolar, revelando que estudantes negros enfrentam maiores obstáculos ao longo da trajetória educacional. O Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2017, aponta que essa desigualdade racial não afeta da mesma forma meninos e meninas negros, sugerindo que a combinação entre raça e gênero produz padrões distintos de vulnerabilidade escolar. O **Gráfico 14** aprofunda essa investigação a partir do cruzamento de sexo e cor/raça no ano de 2024, por etapa de ensino. Os resultados indicam que meninos negros constituem o grupo com as maiores taxas do indicador, enquanto meninas brancas apresentam sistematicamente os menores níveis.

Em todas as etapas analisadas, observa-se uma ordenação consistente entre os grupos: meninas brancas apresentam as menores taxas de distorção idade-série, seguidas por meninos brancos, meninas negras e, com os maiores níveis de defasagem, meninos negros. A distância entre esses grupos já se apresenta nos anos iniciais do Ensino Fundamental, quando a taxa de distorção entre meninos negros (9,8%) supera em mais de duas vezes a observada entre meninas brancas (3,8%). Essa desigualdade se intensifica ao longo da trajetória escolar, alcançando 22,7% entre meninos negros nos anos finais do Ensino Fundamental, quase três vezes a taxa registrada entre meninas brancas (7,9%), e até 24,9% no Ensino Médio, enquanto entre meninas brancas aumenta para 9,7%.

Esse padrão evidencia que as desigualdades de raça e de gênero se manifestam simultaneamente nas trajetórias escolares, posicionando os meninos negros como o grupo mais exposto à distorção idade-série em todas as etapas analisadas. Segundo o relatório do UNICEF (2021), o fracasso escolar no Brasil não atinge todos os estudantes da mesma forma, mas recai com mais força sobre quem já enfrenta outras vulnerabilidades, e estudantes negros e meninos estão sistematicamente entre os mais afetados. Em direção semelhante, Carvalho (2004a; 2004b) mostra, a partir de pesquisa qualitativa, que o fracasso escolar não se distribui igualmente entre os meninos, concentrando-se sobretudo entre os negros, e argumenta que essa desigualdade é produzida pela articulação entre raça e gênero nas experiências escolares, sendo influenciada pelas expectativas dos professores, pelas representações sobre masculinidades e comportamentos e por práticas presentes no cotidiano da escola.

Gráfico 14 – Taxa de distorção idade-série por cor/raça e sexo por etapa de ensino, 2024



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC). Elaboração: CEDRA (2026)

Em conjunto, os indicadores de fluxo escolar examinados nesta seção – promoção, insucesso e distorção idade-série – convergem para um mesmo diagnóstico: as desigualdades raciais nas trajetórias educacionais brasileiras são persistentes e atravessam todas as etapas da Educação Básica. O cruzamento entre raça e gênero na distorção idade-série aprofunda ainda mais esse diagnóstico, posicionando os meninos negros como o grupo mais vulnerável do sistema.

Essas desvantagens, contudo, não se encerram com a conclusão da Educação Básica. O relatório do CEDRA (2026) sobre Santa Catarina traz evidências de que o padrão de acúmulo de desigualdades observado no fluxo escolar repercute nas etapas posteriores da trajetória educacional, alcançando o Ensino Superior e o mercado de trabalho. Segundo o relatório, entre 2016 e 2023, a participação de pessoas negras na graduação permaneceu inferior ao seu peso na população do estado e, mesmo entre aqueles que alcançaram o Ensino Superior, persistiram diferenças salariais desfavoráveis às pessoas negras em relação às brancas. Tais resultados reforçam que as desigualdades raciais acumuladas ao longo da trajetória educacional não são dissipadas nas etapas posteriores, mas continuam a se manifestar no acesso à formação superior e nas condições de inserção profissional, revelando a continuidade das desvantagens enfrentadas pela população negra.

6. Conclusões, recomendações de políticas e perspectivas de pesquisas futuras

Este artigo buscou investigar como algumas desigualdades raciais se manifestam na Educação Básica brasileira, utilizando os dados do Censo Escolar e uma classificação dos estabelecimentos de ensino segundo a predominância racial de seus estudantes. A partir dessa abordagem, analisou-se não apenas a distribuição dos estudantes negros e brancos entre os diferentes perfis de escolas, mas também as condições de oferta educacional a que cada grupo tem acesso e os resultados de sua trajetória escolar.

Os resultados do estudo revelam um padrão consistente e cumulativo de desvantagem dos estudantes negros em relação aos brancos, ao longo dos anos do Ensino Fundamental e Médio. Em primeiro lugar, a análise da distribuição dos matrículas demonstrou que a maioria dos estudantes negros frequenta escolas classificadas como predominantemente negras, enquanto os estudantes brancos se distribuem de forma mais equilibrada entre os diferentes tipos de escola. Essa distribuição se soma a diferenças sistemáticas na qualidade da oferta educacional. As escolas negras apresentam piores condições de infraestrutura e saneamento básico, além de menor adequação da formação docente, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, etapa em que as disparidades se mostraram mais acentuadas.

Essas desigualdades também se expressam no perfil socioeconômico das instituições: a análise do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) revelou que as escolas predominantemente negras estão concentradas nos estratos mais baixos da distribuição do INSE, enquanto as escolas brancas apresentam maior presença nos níveis superiores. Em conjunto, esses resultados indicam que a composição racial das escolas está associada a diferentes oportunidades de acesso a recursos educacionais e socioeconômicos, reforçando um processo de reprodução das desigualdades no sistema educacional.

As desigualdades de insumo estão associadas a diferenças nos resultados de trajetória escolar. A análise da taxa de promoção identificou três pontos críticos do fluxo escolar – o 3º e o 6º anos do Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio –, etapas em que o risco de retenção se eleva e nas quais estudantes negros apresentam menores taxas de progressão. Além disso, ao longo do período analisado, esse grupo registrou taxas de insucesso e de distorção idade-série sistematicamente superiores às observadas entre estudantes brancos, padrão que se intensifica nas etapas de maior vulnerabilidade do fluxo escolar, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Quando raça e gênero são analisados conjuntamente, observa-se

que os meninos negros concentram as maiores dificuldades no fluxo escolar, constituindo, em todas as etapas analisadas, o grupo mais exposto ao atraso escolar.

Os resultados apresentados evidenciam que as desigualdades raciais na Educação Básica brasileira não se restringem à composição das escolas, mas também atravessam as condições de oferta educacional e os diferentes momentos da trajetória escolar. Os padrões observados sugerem que a persistência dessas desigualdades pode estar relacionada a um conjunto de fatores, que envolvem diferenças regionais na capacidade de investimento educacional, possíveis efeitos de discriminação racial e de gênero, além de aspectos relacionados à política docente, como a formação inicial e continuada, os processos de contratação, as condições de carreira, a disponibilidade de profissionais habilitados e a capacidade das redes de ensino de atrair e reter professores com formação adequada – especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Também se destacam os desafios relacionados à alfabetização nos anos iniciais, dado que o 3º ano do Ensino Fundamental constitui o primeiro ponto crítico do fluxo escolar identificado neste estudo, momento em que as desigualdades raciais entre os estudantes já se manifestam.

Nesse sentido, diversos caminhos de investigação permanecem abertos. Estudos futuros podem analisar os efeitos da ampliação das complementações do Fundeb sobre a redução das desigualdades educacionais entre as unidades de ensino, aprofundar a relação entre condições de infraestrutura escolar e indicadores de trajetória e avançar na investigação da Adequação da Formação Docente sob a perspectiva racial. Outra frente relevante diz respeito à educação em tempo integral. Além de acompanhar a expansão dessa modalidade, é importante examinar como os estudantes se distribuem racial e socioeconomicamente entre as escolas de tempo integral e se a ampliação da jornada escolar tem contribuído para uma distribuição mais equitativa das oportunidades educacionais ou, ao contrário, ampliando as desigualdades.

Também merece aprofundamento a análise da desigualdade racial na distorção idade-série, especialmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A existência de diferenças entre estudantes negros e brancos já no 3º ano dessa etapa suscita questões sobre os processos que produzem e acumulam esses atrasos, incluindo a possibilidade de experiências diferenciadas de retenção associadas à discriminação racial ou de gênero. Nesse sentido, pesquisas que combinem evidências estatísticas com o acompanhamento longitudinal dos estudantes podem identificar quando essas diferenças surgem, como evoluem após episódios de retenção e quais são seus desdobramentos: recuperação da trajetória, acumulação de novos atrasos ou saída da escola. Esse acompanhamento também permitiria verificar se esses percursos variam segundo raça e condição

socioeconômica. Por fim, é importante acompanhar o percurso dos estudantes que, após acumular atrasos escolares, ingressam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando compreender em que medida essa modalidade representa uma continuidade das desigualdades observadas na Educação Básica regular.

Os resultados deste estudo reforçam a necessidade de políticas educacionais orientadas pela redução das desigualdades raciais, econômicas e de gênero ao longo de toda a trajetória escolar. A concentração de estudantes negros em escolas com menores condições de oferta e os diferenciais observados no fluxo escolar indicam que a promoção da equidade exige ações capazes de combinar melhoria das condições educacionais e acompanhamento sistemático dos grupos mais expostos a atrasos e interrupções do percurso escolar. Nesse sentido, políticas de fortalecimento da qualidade da educação devem ser articuladas a estratégias de equidade racial, socioeconômico e de gênero, com atuação prioritária nos momentos críticos do fluxo educacional, de modo a interromper a acumulação de desvantagens que comprometem a permanência, a progressão e a aprendizagem dos estudantes.

Entre as medidas possíveis, destaca-se a destinação de recursos de infraestrutura de forma focalizada para escolas que apresentam maiores déficits, priorizando a garantia de condições básicas de saneamento, acesso à água potável, bibliotecas, laboratórios, quadras e demais espaços e recursos necessários à oferta educacional. No âmbito da valorização profissional, incentivos financeiros e de carreira podem estimular a atração e a permanência de professores com formação adequada em escolas com menor nível socioeconômico e maior concentração de estudantes negros, contribuindo para reduzir as desigualdades na adequação da formação docente. Da mesma forma, programas de formação continuada podem ser priorizados nessas escolas, considerando suas necessidades específicas e incorporando a promoção da equidade racial como dimensão da formação. Todas essas políticas provavelmente devem ter recorte regional, dada a enorme diferença entre as grandes regiões brasileiras.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 15.360, de 25 de março de 2026. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15360.htm. 2026.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 247-290, 2004b. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100010.

CARVALHO, Marília Pinto de. Quem são os meninos que fracassam na escola? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 11-40, 2004a. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100002&lng=pt&nrm=iso.

CEDRA**.** Desigualdades raciais, de renda, trabalho e escolaridade em Santa Catarina e a Lei Estadual nº 19.722/2026. 2026.

ELLIOTT, Stephen N.; BARTLETT, Brendan J. Opportunity to learn. In: *Oxford Handbook Topics in Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2016. DOI: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935291.013.70.

FONSECA, Izabel Costa da; RODRIGUES, Clarissa Guimarães; MACANA, Esmeralda Correa; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Monitoramento das trajetórias educacionais nos municípios. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 35, e10579, 2024. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v35.10579.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

INSTITUTO PENÍNSULA. A qualidade do professor brasileiro: significado, impacto e políticas sistêmicas de aperfeiçoamento da oferta e desempenho docente. São Paulo: Instituto Península, 2024.

UNICEF. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: reprovação, abandono e distorção idade-série. Brasília, DF: UNICEF, 2021.

UNICEF. Panorama da distorção idade-série no Brasil. Brasília, DF: UNICEF, 2017.